Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PAUTA
PARA A 35ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE SETEMBRO DE 2021

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 617, de 2021, de autoria do deputado Léo Oliveira. Denomina "Deputado Osvaldo Sbeghen" o viaduto localizado na altura do km 341,300 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, cortado pela Avenida Cruzeiro do Sul, em Bauru.

2 - Projeto de lei nº 618, de 2021, de autoria da deputada Carla Morando. Estabelece providências quanto às prisões cautelares e ao cumprimento de pena dos Guardas Civis Municipais e demais agentes de segurança pública municipal, recolhendo-os a estabelecimentos especiais em separado dos demais custodiados.

3 - Projeto de lei nº 619, de 2021, de autoria do deputado Delegado Olim. Autoriza o Poder Executivo a credenciar empresas para a realização de vistorias veiculares.

4 - Projeto de lei nº 620, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Declara de utilidade pública a Associação Amigos Bicho do Mato - ABM, com sede em Itaju.

5 - Projeto de lei nº 621, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Declara de utilidade pública o Dispensário Madre Tereza de Calcutá, com sede em Limeira.

6 - Moção nº 270, de 2021, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Aplaude os policiais civis que atenderam a ocorrência de roubo com retenção de vítimas em uma residência localizada em Tietê, na noite de 1 de

julho de 2021.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 615, de 2021, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Institui o Programa Praia para Todos, visando criar condições de acessibilidade aos portadores de deficiência nas praias litorâneas e artificiais.

2 - Projeto de lei nº 616, de 2021, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Festa da Tradição de Helvetia, realizada no Município de Indaiatuba.

3 - Moção nº 269, de 2021, de autoria do deputado Campos Machado. Aplaude os 35 (trinta e cinco) anos de existência da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, considerada referência na atuação em programas sociais e na formação de agentes com técnicas de policiamento comunitário e preventivo, que vem trabalhando pela segurança pública e pela cidadania, na construção de uma sociedade democrática, segura e tolerante.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 611, de 2021, de autoria do deputado Sebastião Santos. Institui a soltura de pipas como esporte no âmbito do Estado.

2 - Projeto de lei nº 612, de 2021, de autoria do deputado Campos Machado. Define como falta grave a violação, por servidor público estadual, de prerrogativa profissional definida na Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

3 - Projeto de lei nº 613, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico Veterinário Legal - IMVL no Município de Limeira.

4 - Projeto de lei nº 614, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico Veterinário Legal - IMVL no Município de Rio Claro.

5 - Moção nº 261, de 2021, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Apela ao Sr. Ministro do Turismo, Gilson Machado, a fim de que intervenha, junto aos órgãos competentes, pela retomada dos cruzeiros marítimos no Brasil na temporada 2021/2022.

6 - Moção nº 262, de 2021, de autoria do deputado Campos Machado. Apela aos Srs. membros do Congresso Nacional, através do Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, e do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, a fim de que deliberem, com a devida urgência, proposta legal de redação que acresça os §§ 1º e 2º ao artigo 17 e o § 3º ao artigo 491 do Código de Processo Civil, de forma a estabelecer na lei o conceito da "pretensão resistida", que consiste na demonstração de que o autor da ação procurou resolver o conflito antes de demandar o Judiciário.

7 - Moção nº 263, de 2021, de autoria da deputada Márcia Lia. Protesta contra a grave violação de direitos humanos e a violência sexual praticadas na Casa de Acolhimento Feminino Água Viva, localizada na cidade do Crato - CE, e conclama o Governo do Estado, a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria da Justiça e Cidadania e o Ministério Público a fiscalizarem as comunidades terapêuticas do Estado de São Paulo, a fim de enfrentar eventuais violações de direitos humanos e violência contra as mulheres.

8 - Moção nº 264, de 2021, de autoria do deputado Marcio da Farmácia. Aplaude os policiais civis integrantes da 1ª Delegacia de Polícia de Diadema que evitaram a proliferação do tráfico de entorpecentes com um trabalho de investigação que resultou na prisão de um criminoso, em flagrante, e na apreensão de grande quantidade de drogas ilícitas.

9 - Moção nº 265, de 2021, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Aplaude os policiais militares que atenderam a ocorrência de roubo com retenção de vítimas em uma residência localizada no bairro Vila Bressan, em Araras, no dia 10 de junho de 2021.

10 - Moção nº 267, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Apela ao Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério das Relações Exteriores uma cooperação com a Organização das Nações Unidas - ONU com o objetivo de promover ações em prol dos golfinhos que habitam os mares e oceanos do planeta.

11 - Moção nº 268, de 2021, de autoria do deputado Murilo Felix. Apela ao Sr. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a aquisição de óculos para crianças de 6 a 12 anos que sejam portadoras de problemas de visão.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2021, de autoria do deputado Caio França. Altera o § 2º e o "caput" do artigo 3º da Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, que cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, e dá providências correlatas, para incluir a União de Vereadores da Baixada Santista - UVEBS na composição do Conselho.

2 - Projeto de lei nº 608, de 2021, de autoria do deputado Altair Moraes. Autoriza o Poder Executivo a implantar unidades do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD em todas as regiões administrativas do Estado.

3 - Projeto de lei nº 609, de 2021, de autoria do deputado Gil Diniz. Revoga o artigo 44 da Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado.

4 - Projeto de lei nº 610, de 2021, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, para instituir a isenção do ITCMD sobre o bem imóvel residencial de profissionais de segurança pública do Estado que falecerem no cumprimento de seu dever funcional.

5 - Moção nº 260, de 2021, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Manifesta apoio à proposta do Ministério da Educação de criar novas reitorias dos Institutos Federais, possibilitando a ampliação da oferta de vagas e cursos, bem como a expansão da rede federal de ensino, trazendo novos desafios para as gestões.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 33, de 2021, de autoria da deputada Adriana Borgo. Altera a Lei Complementar nº 494, de 24 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a instituição de série de classes policiais civis no Quadro da Secretaria da Segurança Pública e dá providências correlatas, atribuindo nova denominação ao cargo de Atendente de Necrotério Policial e acrescentando atribuições.

2 - Projeto de lei nº 604, de 2021, de autoria da deputada Leci Brandão. Isenta do pagamento de pedágio os veículos registrados e identificados como de

coleção, durante finais de semana e feriados, nas vias estaduais.

3 - Projeto de lei nº 605, de 2021, de autoria da deputada Professora Bebel. Institui o Programa de Autogestão na Moradia, com o objetivo de garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações e cooperativas habitacionais.

4 - Projeto de lei nº 606, de 2021, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Jaguariúna.

5 - Moção nº 258, de 2021, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Repudia a concessão de saída temporária a mais de 37 mil presos no período de 14 a 20 de setembro de 2021, prevista na Portaria Conjunta DEECRIM nº 2/2019, que autoriza as saídas temporárias de presos e estabelece os períodos em que elas serão concedidas no Estado.

6 - Moção nº 259, de 2021, de autoria da deputada Adriana Borgo. Aplaude o SGT PM Paneque, o CB PM Márcio e o CB PM Ávila, do 4º GP/PM de Cajobi, pelo salvamento de uma senhora que tentava o suicídio, em 13 de setembro de 2021.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 877, de 2019, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Banda Marcial de Cubatão - ASABAMC, com sede naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 1181, de 2019, de autoria da deputada Márcia Lia. Declara de utilidade pública o Instituto Dom Décio Pereira, com sede em Diadema.

3 - Projeto de lei nº 152, de 2021, de autoria do deputado Fernando Cury. Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais Desamparados de Chavantes, com sede naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 232, de 2021, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública o Instituto El Elyon, com sede na Capital.

5 - Projeto de lei nº 275, de 2021, de autoria do deputado Enio Tatto. Declara de utilidade pública a Associação Maria Flos Carmeli, com sede na Capital.

6 - Projeto de lei nº 346, de 2021, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública o Centro de Formação e Promoção Humana - CFPH, com sede em Mirante do Paranapanema.

7 - Moção nº 127, de 2021, de autoria do deputado Maurici. Apela ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado para que empreenda esforços na elevação da entrância da Comarca de Franco da Rocha para entrância final, a fim de cumprir com o melhor atendimento da população, com o aprimoramento do Poder Judiciário na região, com a Lei Complementar nº 1.274, de 17 de setembro de 2015, e com o artigo 3º da Resolução nº 760, de 2016, do Tribunal de Justiça.